

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 999.281 - SP (2016/0270067-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : ESTEFANI PATRICIA DE SA MENEZES EPIFANIO (MENOR)**  
**AGRAVANTE : MARIZA DE SA MENEZES - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO GALVANI FILHO E OUTRO(S) - SP053769**  
**ÁLVARO ZUIANI NETO - SP250099**  
**AGRAVADO : DECIO DA SILVA EPIFANIO**  
**AGRAVADO : BISPADO DE BAURU - CURIA DIOCESANA**  
**AGRAVADO : CONGREGACAO ROGACIONISTA**  
**AGRAVADO : CASA DO GAROTO**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO ROBERTO MONELLO - SP046515**  
**MARIA ESTHER PIOVESAN MORETTI REIS - SP155197**  
**ADVOGADA : PRISCILLA TRUGILLO MOREIRA - SP222616**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto em face de acórdão assim ementado:

“DEVOLUÇÃO DO PRAZO RECURSAL DE RIGOR – Cirurgia cardíaca do causídico – Internação hospitalar que impede atividades habituais e o exercício da profissão com regularidade – Alta hospitalar que não se confunde com alta médica – Justo motivo – De rigor a restituição do prazo recursal – Agravo conhecido.

PROCESSUAL CIVIL – RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DE ABANDONO MATERIAL E MORAL – Criança nascida de relacionamento entre um sacerdote e uma • jovem frequentadora da comunidade – Paternidade não exercida – Ação que versa reparação dos danos experimentados – • PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EM RELAÇÃO À GENITORA – Relacionamento amoroso findo há mais de 20 anos – Ação proposta somente em 2011, quanto transcorrido mais da metade do prazo prescricional do CC/16 – Incidência do prazo trienal a partir da vigência do CC/03, já ultrapassado em muito quando do ingresso da ação – Dano moral por "ricochete" – Hipótese afastada – ILEGITIMIDADE PASSIVA DAS ORDENS RELIGIOSAS – Extinção do processo em relação às corres mantida – Inexistência da responsabilidade objetiva das ordens religiosas sobre as condutas pessoais e afetivas do padre – Envolvimento amoroso e consequente gravidez que não podem ser consideradas condutas ilícitas – Malgrado o vínculo de subordinação, o abandono moral e afetivo decorre de relação parental – Responsabilidade decorrente de

obrigação personalíssima – Recurso desprovido."

Nas razões do especial, a parte recorrente alegou violação aos artigos 177 do Código Civil de 1916; e 2028 do Código Civil de 2002, visto que não verificada a prescrição, pois o termo inicial ocorreu em 2002. Sustentou negativa de vigência ao artigo 932, III, do CC, tendo em vista a legitimidade passiva das ordens religiosas.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse merece ter seu provimento negado, senão vejamos.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Em relação às sustentadas ofensas aos artigos 177 do Código Civil de 1916; e 2028 do Código Civil de 2002, observo que essas igualmente não merecem prosperar, em virtude do contido na Súmula nº 7, do STJ.

O Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (fls. 267/267 e-STJ):

“Inafastável o decreto de prescrição em relação à co-autora Mariza. Na hipótese, o dano que se busca reparação consiste no abandono parental, material e afetivo, que teria ocorrido, segundo narra a exordial, logo após a descoberta da gravidez. O nascimento da criança deu-se em 1.994, iniciando a fluência do prazo prescricional (exceção feita à filha menor, por conta de disposição expressa no art. 198, I, do CC, segundo a qual não corre a prescrição contra incapazes). A ação foi proposta somente em 31.08.2011 (fls. 13v), logo, quando já havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional previsto no Código revogado. Aplicável, pois, o prazo prescricional de três anos previsto no Novel Códex a partir de sua entrada em vigor em janeiro de 2003, com termo final em janeiro de 2006, de há muito ultrapassado quando do ingresso da ação.

E nem se avenge a figura do dano moral reflexo ou indireto, (t u também chamado de dano moral por "ricochete").

Caracteriza-se o dano moral indireto quando o ato praticado contra determinada pessoa possa atingir terceiro, ainda que indiretamente, circunstância em que este adquire legitimidade para a ação. Ainda

que esta espécie goze de presunção juris tantum, exige um nexo causal suficientemente demonstrado entre a conduta tida por ofensiva e o mal experimentado, vislumbrando-se ao menos sua possibilidade de se efetivar.

Na hipótese dos autos, todavia, não há como impor-se a ampliação dos eventuais danos decorrentes do abandono parental, haja vista que o direito a receber necessária atenção, proteção, amor e cuidados indispensáveis, é personalíssimo e não repercute além da figura do suposto o ofendido.

Nem mesmo às agruras experimentadas pela mãe frente às exigências de cuidados especiais dispensados à filha portadora de limitação pode ser atribuída ao réu, porquanto não se pode sequer cogitar que o quadro de deficiência teve origem no suposto abandono. Nesta ordem de ideias, inviável estender à genitora da menor qualquer dano experimentado em relação aos deveres inerentes do parentesco, já que inexistente esse vínculo entre ela e o réu.”

Com efeito, tendo o Tribunal de origem consignado que o termo inicial do prazo prescricional se iniciou em setembro de 1994, e ajuizada a presente ação somente em 2011, imperioso concluir pela ocorrência da prescrição em 2006, à luz do disposto nos artigos 177 do CC/1916; 206, § 3º, V, e 2028 do CC/2002.

Outrossim, foi descartado o dano moral por ricochete, visto que referente a condutas e deveres inerentes ao parentesco e, portanto, personalíssimo.

Dessa forma, a alteração dessas premissas estabelecidas no acórdão recorrido implicaria necessariamente o reexame fático-probatório, o que é vedado na via do recurso especial, em virtude dos óbices contidos na súmula já mencionada.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. ÓBITO DO PACIENTE. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. DATA DA EFETIVA CIÊNCIA DO DANO. LAUDOS MÉDICOS. MARCO INAUGURAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE. TEORIA DO RISCO DO

EMPREENHIMENTO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. AUSÊNCIA DE VÍNCULO ENTRE O PROFISSIONAL MÉDICO E A OPERADORA. TEMA NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULAS NºS 282 E 283, AMBAS DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O início do prazo prescricional, com base na teoria da actio nata, não se dá necessariamente quando da ocorrência da lesão, mas sim no momento em que o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da ofensa e de sua extensão. Precedentes.

3. No caso, o Tribunal de origem concluiu que, embora o falecimento da genitora da demandante tenha ocorrido aos 10/4/2005, a efetiva ciência do dano e de sua extensão sobreveio com a elaboração de pareceres e perícias médicas havidas aos 17/8/2009 e 26/3/2010.

Assim, ajuizada a demanda aos 5/5/2010, afastou-se a incidência da prescrição autoral, nos termos do art. 27 do CDC.

4. Rever a conclusão adotada pela instância de origem acerca do marco inaugural do prazo prescricional demandaria revolvimento do acervo fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula nº 7 do STJ.

5. Existindo argumento capaz de manter o acórdão impugnado por suas próprias pernas, não havendo o ataque específico a tal ponto, colhe-se a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do STF.

6. O requisito do prequestionamento estará atendido se a Corte de origem, conquanto não faça menção expressa aos dispositivos legais tidos por contrariados, tiver se manifestado acerca da questão jurídica apresentada no recurso especial.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1311258/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 13/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

**IRRESIGNAÇÃO DA DEMANDADA.**

1. O acolhimento da pretensão recursal acerca da natureza do contrato firmado entre as partes e de qual o termo inicial da contagem do prazo prescricional, como ora perseguido, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

2. As conclusões adotadas pelo órgão julgador estão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a aplicação da Súmula 83 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 364.196/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 26/6/2018)

Ainda, destaco que as apontadas contrariedades ao artigo 932, III, do CC, igualmente esbarram no óbice contido no enunciado nº 7, desta Corte.

Isso porque o Tribunal de origem consignou expressamente que os alegados danos sofridos pela parte recorrente não podem ser considerados como advindos de atividade laboral do recorrido ou perpetrados em razão dela, mormente ao se considerar que o dever de cuidado do filho é considerado obrigação personalíssima e estranho às funções exercidas pelo Padre.

Nesse contexto, foi reconhecida a ilegitimidade passiva das ordens religiosas para responder pelo abandono moral, conforme se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 269/272 e-STJ):

“Por derradeiro, a ilegitimidade das corrés também é inconteste.

Ainda que se atribuam condutas de proteção às Ordens Religiosas, as quais teriam "contribuído" para o afastamento do genitor - Padre da Congregação Rogacionista colocado à disposição da Diocese de Bauru, como já dito, o dever decorrente da relação de parentesco cuida-se de obrigação personalíssima, só passível de ser exercida por quem ostenta a condição de pai.

Malgrado a existência do voto de obediência, correto afirmar-se que não há subordinação a ponto de ser traduzida como "obediência cega", podendo o religioso optar por deixar o sacerdócio para assumir uma família, ou, ainda, continuar amparando a prole mesmo no exercício da missão religiosa.

Cuida-se de opção de vida pessoal. Relevante a notícia de que, após a confirmação da paternidade através do exame de DNA, o Padre

Décio passou por um período de afastamento da Congregação à qual pertencia, e bem poderia escolher pela vida em família se assim pretendesse.

No mais, como bem observou a r. decisão objurgada, é fato que o envolvimento amoroso entre as partes não ocorreu no exercício das suas funções religiosas. Ao contrário, já que o sacerdócio clama voto de castidade.

Desta forma, impossível a tipificação da conduta prevista no art. 932, III, do Código Civil, única circunstância a impor a responsabilidade do superior hierárquico.

Com efeito, dita o regramento que são também responsáveis pela reparação civil "o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais ou prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele".

Mais uma vez é de se frisar que não há como admitir que o romance admitido pelos envolvidos tenha ocorrido durante o exercício das funções sacerdotais. Se as requeridas não concordam com envolvimento amoroso dos religiosos, não podem ser responsabilizados pelo término do relacionamento e suas consequências morais e civis, em razão da paternidade e alegado estado de desamparo.

Com a devida vênia à tese esposada pela d. Procuradora Geral de Justiça, não descartado o liame jurídico entre o Padre réu e as pessoas jurídicas, a situação de subordinação e a responsabilidade objetiva dela decorrente por culpa in eligendo ou in vigilando só poderia ser invocada se houvesse ilícito de conduta na direção da Paróquia.

Contudo, o envolvimento emocional do Padre com a jovem da comunidade não pode ser considerado, por si só, conduta ilícita. Nem mesmo a gravidez. A pretensão indenizatória vem amparada no abandono moral, material e afetivo, que, por ser obrigação personalíssima, só pode ser imputada, repise-se, a quem possui a obrigação de sustento e amparo decorrente do parentesco.

O abandono afetivo parental retrata direito subjetivo que se origina de um problema social, donde exsurge a atribuição da responsabilidade pela busca de um equilíbrio patrimonial e moral do que foi perdido por aquele que, voluntariamente, através de conduta omissa ou comissiva, causou o dano. A responsabilidade derivada do abandono aparta-se da esfera civil para ser reparada no âmbito do direito de família.

Inegável que a Instituição poderia sim, amparar aqueles que se vêm

desprovidos da proteção familiar por conta da dedicação exclusiva à igreja por um dos seus componentes. Todavia, não exsurge daí obrigação civil.

Logo, inexistente qualquer relação jurídica das rés com a ofendida, e, porque inábeis as pessoas jurídicas para responderem pelos danos morais, caso configurado o abandono moral, razão pela qual, impõe-se a rejeição da pretensão recursal.”

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, §1º, IV, E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

2. A alegação de legitimidade passiva da recorrida demandaria o reexame do acervo fático-probatório e interpretação de cláusulas contratuais, atraindo o óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1338153/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. ILEGITIMIDADE. REVISÃO DE PROVAS E CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas não demonstra de forma clara e precisa a negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

3. Rever o entendimento do tribunal de origem, no sentido de afastar

a legitimidade do recorrente, requer reexame do conteúdo fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais, procedimentos inviáveis em recurso especial, haja vista os óbices das Súmulas nºs 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 971.794/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2018, DJe 6/12/2018)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

